

DIMENSÃO EPISTEMOLÓGICA DA PRÁTICA DE VIAJAR COM FINS CIENTÍFICOS NO SÉCULO XVIII

Frederico Tavares de Mello Abdalla
COC/Fiocruz
Doutorando
fredericotma@gmail.com

Resumo: O presente trabalho visa apresentar uma proposta de estudo da dimensão epistemológica da prática de viajar com fins científicos no período compreendido entre a segunda metade do século XVIII e o início do XIX. Neste, objetiva-se perceber como todo um conjunto formado por instruções, relatos e outros textos de viagem organizava os alicerces de ordem teórico-metodológica que orientavam a prática naturalística *em* viagem em um contexto específico; além disso, como esse instrumental fundamentava a constituição de um agente paradigmático, o chamado *viajante-naturalista*, encarregado de desempenhar diversos procedimentos como observar, descrever, preparar e organizar. A análise do objeto basear-se-á nos aportes teóricos e conceituais da historiografia da ciência e da viagem, procurando articular ciência, viagem e produção textual na formação de uma experiência *sui generis* de conhecimento.

Palavras-chaves: Viagem, Ciência, Instruções

Abstract: This is a purpose of study of the epistemological dimension of the practice of travel with scientific goals, between second half of XVIII and beginning of XIX. The main idea is to understand how a set of instructions, accounts and other travel texts has been organizing the theoretical and methodological bases of the naturalistic practices in travel; moreover how that set underlied the shaping of the naturalist-traveler, which has to carry out several tasks in travel as to observe, to describe and to pack specimens. The analysis is grounded at the conceptual and theoretical tools of historiography of science and travel and tries to joint science, travel and textual production on a *sui generis* experience of knowledge.

Keywords: Travel, Science, Instructions

Apresentação e justificativa do estudo proposto

Desde as duas últimas décadas do século XX, a historiografia das viagens-científicas vem mesclando os aportes teórico-metodológicos oferecidos pela História da Ciência e pela História Cultural na tentativa de compreender a ação dos homens de ciência no tempo. Com o diálogo da história cada vez mais estreito com outros campos, como a antropologia e a literatura, os historiadores encarregaram-se da investigação das práticas culturais e, sobretudo, buscaram fazer da história um campo de conhecimento interpretativo. O fenômeno da ciência, por seu lado, passou a ser entendido como um sistema cultural constituído de práticas, que deveriam ser analisadas no seu próprio fazer. Dentro dessa perspectiva, propões-se aqui um

estudo da dimensão epistemológica da prática de viajar com fins científicos, no período compreendido entre a segunda metade do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX.

A prática de viajar, em diversos períodos da história, respeitadas as especificidades próprias do seu tempo e espaços, esteve intimamente ligada a produção de conhecimento.¹ Nos séculos XVIII e XIX, expedições promovidas por Academias científicas e Estados circulavam pelo globo (por mar e por terra) realizando observações acuradas do espaço natural e efetuando cálculos matemáticos precisos para a medição de coordenadas geográficas. Eram as paradigmáticas viagens-científicas do Iluminismo. Nessas viagens estavam empregados homens de ciência habilitados a cumprir instruções de superiores e a realizar o exame dos objetos locais, recolhendo informações mais apuradas do que as colhidas por seus predecessores, ou então inéditas, sobre o conteúdo natural desses lugares.²

Na produção historiográfica relativa ao tema, a análise das fontes costuma abranger múltiplas dimensões dos empreendimentos, relacionando-os a diversos contextos políticos, sociais, econômicos e culturais, e com abordagens diversificadas. Os relatos e imagens de viagem, por exemplo, foram utilizados em diversos estudos interessados em perceber como se deram as representações acerca da natureza e dos homens de um determinado lugar durante processos sócio-cognitivos, ou até mesmo de que maneira os viajantes se auto-representavam durante a elaboração escrita de seus relatos. Nesse caso, narrativas, diários, memórias e desenhos integram um *corpus* documental amplo que permite aproximar-se da visão dos homens de ciência (sobretudo, europeus) sobre o mundo e seus habitantes e de que maneira estabeleciam uma relação de conhecimento (e de domínio) com estes. Esse tipo de abordagem procura entender não só a construção de muitos estereótipos culturais, mas também como se deu a penetração da linguagem universalizante da ciência nos quatro cantos do globo e como se estabeleceram convenções literárias e esquemas mentais na construção do conhecimento científico de lugares.³ Um estudo clássico nesse sentido é o do historiador Bernard Smith, *European Vision and The South Pacific*, no qual analisa os desenhos produzidos pelos artistas

¹ Desde as primeiras viagens ultramarinas de descobrimento, empreendidas pelo Atlântico e o Índico no início do século XV, passando pela exploração sistemática dos mares e ilhas do Pacífico na segunda metade do XVIII, até a conquista da Antártida em meados do XIX, esses empreendimentos ampliaram largamente o conhecimento natural e humano sobre o globo. Sobre os mais diversos tipos de viagem empreendidas em contextos históricos que abrangem desde a Antiguidade até a Idade Contemporânea, ver: (LEED, 1991). Para alguns ensaios mais específicos com abordagens culturalistas da viagem em diversos contextos, ver: (ELSNER; RUBIÉS 1999).

² Nas décadas de 1730-40, França, Espanha e Suécia enviaram expedições científicas para o Equador e para a região da Lapônia, a fim de realizar observações e cálculos para determinar a natureza do formato do globo. Posteriormente, em 1761, diversos países, entre eles a Inglaterra, enviaram cientistas para pontos estratégicos da Terra, a fim de acompanhar o trânsito de Vênus. Essas viagens iniciam toda uma corrida científica internacional que iria acirrar-se durante toda a segunda metade do século XVIII e adentrar ao XIX.

³ São sugestivos, dentre essas pesquisas: (GIURGEVICH, 2007); (KOMMERS, 1988); (DOMINGUES, 2008); (CRUZ, 2004).

das expedições de James Cook para os mares e ilhas do Pacífico sul - Taiti, Nova Zelândia, Austrália e Havai -, procurando perceber de que maneira o Novo Mundo serviu para que os estilos e convenções artísticas moldados pelo estilo neo-clássico das Academias de Arte chocassem-se com as exigências de objetividade científica da Royal Society e juntos produzissem a imagem europeia do Pacífico Sul (SMITH, 1960).

Em outra linha, tem-se abordado a dinâmica de redes que as viagens-científicas instituíram para a circulação de informações, objetos e pessoas dentro de um fluxo transcontinental. Nessa perspectiva, a análise de trajetórias individuais de viajantes-cientistas, por exemplo, alicerça pesquisas dedicadas a entender não só participação desses indivíduos na disseminação da cultura ocidental no globo e os resultados científicos que trouxeram, mas também como se davam suas relações (muitas vezes conflituosa) com as Academias, os patronos, os administradores coloniais, outros viajantes e os nativos de uma região em um contexto geo-político de transformações. Esses trabalhos utilizam-se não só de relatos e textos científicos, mas também das correspondências trocadas entre viajantes e outros indivíduos partícipes da rede, e procuram abarcar diferentes períodos e regiões de atuação dos viajantes, como o Pacífico, a América, a Ásia e a África.⁴

De um modo geral, essas pesquisas preocupam-se em compreender de que modo se deu a atuação de viajantes na construção de políticas orientadas para o reconhecimento de produções naturais de novos e/ou já conquistados territórios no contexto das luzes e suas consequências para os lugares explorados e, de modo mais amplo, seu significado na configuração do mundo moderno. Nesse contexto, o chamado *viajante-naturalista*, um agente central nesse processo, é um personagem frequentemente mencionado, porém muito pouco teorizado e de cuja constituição pouco se investigou, sobretudo no que diz respeito as suas origens epistêmicas.

Em um ensaio publicado na *Revue d'histoire* em 1981, o historiador Yves-Laissue chega a destacar uma série de habilidades atribuídas aos viajantes-naturalistas pelo Jardim Real e, posteriormente, Museu de História Natural francês no contexto de transformações políticas e sociais vivenciadas no país. O autor destaca o programa que antecedia as viagens na forma de instruções, a experiência da observação e descrição dos objetos naturais, as relações político-institucionais envolvendo Academias, Museu e Estado nos expedientes

⁴ São sugestivos dentro desses trabalhos: (LIEBERSOHN, 2006); (KURY, 2004); (PEREIRA, 2002).

científicos e os aspectos psicológicos presentes nas tensões entre naturalistas, autoridades administrativas e nas dificuldades práticas do trabalho.

A historiadora Ane-Marie Bourguet também deteve-se em um capítulo da obra *O Homem do Iluminismo*, organizada por Jacques Le Goff, a abordar algumas características do explorador, suas origens diversas, competências profissionais variadas e motivos distintos para integrar expedições e realizar observações e coletar objetos naturais. Bourguet procura perceber a estatuto do explorador das luzes compreendendo-o na perspectiva que o situa como um tipo de viajante que é resultado de um processo de secularização da ciência e que, progressivamente, caminha para a especialização do saber.

De qualquer modo, esses trabalhos ainda não chegam a adentrar mais diretamente ao núcleo intelectual da formação desse tipo de viajante. A proposta que aqui se coloca vem no sentido de analisar facetas desses empreendimentos e de seus agentes a partir de elementos envoltos a dimensão epistemológica da prática naturalística *em* viagem que ainda não foram esmiuçados pelos pesquisadores dedicados ao tema. A questão que se coloca é como todo um conjunto formado por instruções, relatos e outros texto de viagem organizou um conjunto de alicerces de ordem teórico-metodológica que orientaram a prática naturalística *em* viagem em um contexto específico; além disso, como esse instrumental fundamentou a constituição de um agente paradigmático encarregado de desempenhar tais procedimentos, o chamado *viajante-naturalista*.

Embora não se encontre na historiografia uma estudo dedicado a dimensão epistemológica da prática de viajar com fins científicos no contexto iluminista, uma análise inicial que orienta-se nesse sentido encontra-se em uma dissertação de mestrado recentemente defendida, na qual procurou-se investigar um pouco do perfil do viajante-naturalista através do programa de trabalho que as instruções de viagem tratam de organizar, bem como os valores ideológico que estes textos carregam em seu discurso a fim de moralizar os indivíduos que viajam para fins científicos (ABDALLA, 2012). O que se sugere, portanto, é que o exame desse objeto seja válido para compreendermos como se forma e se articula o processo sócio-cognitivo de apreensão do espaço natural pelos viajantes-naturalistas. Espera-se assim contribuir para a historiografia das viagens-científicas.

Ainda, tem-se como justificativa para este estudo a abordagem de fontes manuscritas muito pouco exploradas para o tema e a sua inserção em um contexto geral de viagens-científicas do Iluminismo, favorecendo o estabelecimento, portanto, de um diálogo historiográfico mais amplo. Essas viagens foram responsáveis por um acúmulo considerável

de informações sobre o mundo natural e humano e constituiu a principal base empírica para o estudo da geografia, da história natural e da etnografia do século XVIII e XIX. Resulta daí um acervo numeroso de textos, imagens e coleções de objetos naturais extremamente rico para diversos campos como a história da ciência e da viagem: livros, manuais, cartas geográficas, itinerários de viagem, inúmeros relatos, memórias científicas, desenhos e caixotes com espécimes de flora, fauna e artefatos humanos.

Apesar disso, muito da produção científica da época não chegou a ser impressa nem publicada e permaneceu obscurecida por muitos anos nos arquivos nacionais, como é o caso dos países ibéricos. Enquanto havia uma política de sigilismo e de palavra manuscrita na Espanha e em Portugal, que acabava restringindo o seu acesso à burocracia das instituições, o contrário ocorria, por exemplo, na Inglaterra, onde a cultura impressa já encontrava-se bastante generalizada e a difusão dos textos científicos era intensa. No caso de países como Espanha e Portugal, aponta-se como uma das consequências do seu sigilismo a perpetuação na historiografia de um estereótipo pejorativo desses países enquanto “atrasados” ou “anti-modernos”.⁵

Um das principais perspectivas da presente proposta de estudo é justamente a de procurar resgatar um pouco do legado manuscrito ibérico de viagens-científicas setecentistas e situá-lo, de modo geral, dentro de um contexto europeu e global mais abrangente, dialogando-o com a produção internacional e promovendo um diálogo mais amplo entre as historiografias de língua inglesa, francesa, espanhola e portuguesa. Como exemplo vale mencionar manuais de viagem escritos em língua portuguesa que jamais foram publicados, como *As Viagens Filosóficas* do paduano Domenico Vandelli, o *Método de fazer observações* de Agostinho Vidigal, ou o manual escrito pelos naturalistas da Universidade de Coimbra.

Breve revisão bibliográfica

A bibliografia acerca das viagens-científicas do Iluminismo é bastante numerosa. No panorama internacional, abrange-se pesquisas desde as viagens realizadas por ingleses e franceses para os mares do Pacífico até as viagens ibéricas para o interior de seus domínios coloniais, passando, entre outras, pelas viagens russas, suecas e norte-americanas para dentro de seus países. Ao procurar trazer um enfoque global, a proposta de estudo aqui apresentada pretende aproximar parte dessa produção mais recente, mais especificamente os casos inglês,

⁵ Sobre isso, ver (BLEICHMAR; *et al.*, 2009, p. 01-05).

francês, espanhol e português, a fim de abordar o seu objeto dentro de um diálogo historiográfico mais amplo.

Uma perspectiva de análise importante acerca do tema apresentada nas atuais pesquisas, e já mencionada, diz respeito a instituição e a dinâmica de funcionamento de uma rede global de comunicação envolvendo cientistas, viajantes, militares, administradores e missionários e na qual circulavam relatos, instruções, correspondências, desenhos e objetos naturais e etnográficos responsáveis por informar ao público europeu novas realidades naturais e sociais. A antropóloga francesa Michèle Duchet, em estudo pioneiro, já havia demonstrado em seu livro *Antropologia e Historia en el ciclo de las luces* o funcionamento de uma rede internacional formada por todos esses agentes na troca de informações etnográficas (DUCHET, 1988). Posteriormente, essa perspectiva de análise serviu de referência para diversos outros estudos. Em seu *The Traveler's World*, por exemplo, o historiador norte-americano Harry Liebersohn parte da abordagem de redes e procura mostrar a partir das viagens de Philibert Comerson (Taiti, 1766-1769), George Forster (Taiti, 1772-1775) e Adelbert Von Chamisso (1815-1818) de que modo ocorre a dinâmica de trocas de informações entre viajantes e qual o significado político implicado nesse processo, levando-se em conta os interesses de Estado dentro de um contexto marcado por guerras e revoluções (LIEBERSOHN, 2006).

Um dos aspectos cruciais destacados por Liebersohn na caracterização dessas redes diz respeito a co-participação decisiva de nativos no fornecimento de informações geográficas, naturais, culturais, etc. e, portanto, no conhecimento geral resultante das viagens. Essa fator é bastante importante a ser considerado nos propósitos de estudo aqui pretendidos, uma vez que em diversas ocasiões as instruções de viagem orientam os viajantes a estabelecerem relações com os nativos e apropriarem-se de seus saberes, traduzindo-os e incorporando-os ao conhecimento geral. Do mesmo modo, os relatos atestam essa participação de maneira muitas vezes decisiva para os rumos das expedições. Portanto, a construção do conhecimento em viagem, bem como a formação do viajante nos âmbito social e cognitivo deve considerar o posicionamento e função desses indivíduos dentro dessas redes como um dos seus fatores principais.

Mais recentemente, o historiador Steven J. Harris também aponta em um artigo a importância do estabelecimento dessas redes de comunicação para a construção do conhecimento europeu do mundo ao identificar suas origens desde a Idade Média. Estas acabaram por desenvolver um modelo de atividade científica baseado em escalas de longa

distância, cuja consequência, segundo Harris, foi a ampliação também das escalas sociais e cognitivas da prática científica para além de modelos locais. Isso acabou por exigir um treinamento mais especializado por parte dos agentes ligados diretamente a recolha de dados, bem como a necessidade de organização e padronização da informação no interior dessa infraestrutura, o que favoreceu o surgimento de um procedimento de controle das atividades desempenhadas a longa distância por parte dos centros científicos do tipo virtual. Assim, a infra-estrutura dos canais de comunicação, o preparo de indivíduos para a recolha de dados e a tendências dos livros científicos em buscar arranjos sistemáticos de organização do texto e da imagem constituem elementos característicos das práticas de produção de conhecimento moldadas pelas redes de informação da Época Moderna (PARK; DASTON, 2006, p. 341-360). Esses elementos moldadores dos meios de produzir conhecimento para os quais Harris chama a atenção na perspectiva de redes devem servir na análise do objeto aqui pretendido, a fim de situar as instruções e os relatos enquanto instrumental material e conceitual de viajantes que se ajusta segundo as escalas e a lógica de redes. Nesse sentido, a diversidade tipológica das instruções, desde os compêndios de observação até os manuais de recolha, preparo e remessa e variedade de gêneros de relatos de viagem podem ser bastante representativas das circunstâncias e condições impostas pelas redes de comunicação.

No caso das expedições científicas ibéricas empreendidas para os domínios coloniais na África e América, vários estudos também procuram enfatizar a circulação de informações dentro de uma rede transcontinental envolvendo viajantes, naturalistas, administradores coloniais e secretários de Estado na produção de conhecimento científico e seu alinhamento político-científico no contexto europeu. Atendo-se ao caso português, temos, por exemplo, a historiadora Ângela Domingues que dedica boa parte da sua produção para o estudo das explorações naturalísticas realizadas no século XVIII nos domínios coloniais da América e África. Domingues aponta para a participação de agentes da administração pública no fornecimento de instruções, dados e recursos para as expedições, além de promoveram experiências com sementes estrangeiras no solo local (DOMINGUES, 2000). Do mesmo modo, a historiadora Lorelai Kury destaca a circulação de informações dentro dos domínios lusos e também entre Impérios coloniais, demonstrando a participação ativa de luso-brasileiros na República das Letras e o conhecimento por parte destes das idéias científicas mais em voga nos países centrais como França e Inglaterra (KURY, 2004). Já o historiador Magnus Pereira também detem-se a pesquisar a participação de luso-brasileiros dentro dessa rede imperial de circulação de conhecimentos, analisando as dificuldades de alguns naturalistas

em conciliar a atividade científica com as práticas burocráticas e seu envolvimento na rede de intrigas políticas que caracterizou a administração colonial, o que influenciou diretamente as práticas científicas exercidas nos domínios portugueses e os seus limites institucionais de atuação (PEREIRA, 2002).

Esses estudos são importantes para que se possa situar a política de fomento da atividade científica dos países ibéricos, aqui mais especificamente o caso português, dentro de um movimento de internacionalização. Ao partir dessa historiografia, também é possível destacar especificidades locais das redes de conhecimento que caracterizam a atividade científica nesse país, como a indistinção entre atividade científica e tarefas burocráticas dentro da administração do Império, o descompasso entre a constituição de um campo científico e as reformas no modelo colonial e o fato da maior parte dos viajantes-naturalistas serem de origem das colônias.

Outros pesquisadores procuram se aproximar mais especificamente dos processos literários envolvidos na construção dos relatos de viagem. Um dos estudos mais inovadores e influentes acerca do tema é o de Mary Louis Pratt, *Os Olhos do Império*, uma obra de grande repercussão acadêmica nos anos 1990, que trouxe diversas contribuições no âmbito semântico, discursivo e cultural para a compreensão e análise de relatos de viagem nas chamadas *zonas de contato*. Pratt identifica a partir da década de 1730 o início de uma “consciência planetária” europeia impulsionada pelas primeiras viagens-científicas francesas e inglesas e pela publicação de *Systema Naturae*, obra paradigmática do naturalista sueco Carl Lineu que estabeleceu um método de classificação de todas as plantas existentes no globo.

A autora avalia que o sistema de Lineu teve profundo impacto tanto na escrita da viagem quanto no modo dos europeus perceberem-se no mundo, assinalando então uma relação indissociável entre um modelo científico de classificação dos objetos da natureza e os processos literário envolvido no registro da viagem. Essa relação é particularmente importante para os propósitos de aqui sugeridos, uma vez que pretende-se realizar uma análise da prática de viajar a partir da articulação entre os sistemas de organização da natureza e a forma e o discurso presentes na elaboração literária dos resultados da observação. Nesse sentido, as instruções e os relatos de viagem permitem analisar como se dá essa relação entre a organização lineana a estruturação do relato de viagem, ou, em que medida instruções servem aos relatos e os relatos servem às instruções na reunião da informação e, posteriormente, na hierarquização de campos de saberes.

Outro conjunto historiográfico que é tomado como aporte para os estudos em torno das viagens-científicas vem da história da ciência. De maneira geral, as perspectivas de estudo da ciência partem da superação de uma divisão de categorias de análise caracterizadas em “internalistas” e “externalistas”, que norteou as pesquisas históricas e sociológicas desde os anos 1930 até os anos 1970-80. O historiador da ciência Steven Shapin traça em um texto do início da década de 1990 um panorama acerca desse debate, mostrando que a divisão internalismo/externalismo foi praticamente abandonada e substituída por um ecletismo pós-moderno que passou a indistinguir essas categorias (SHAPIN, 1992, p. 333-69). Nas abordagens internalistas, dominantes entre as décadas de 1930 e 1950, a ciência era entendida enquanto um sistema lógico e autônomo que funcionaria independente das condicionantes históricas e sociais; já na abordagem externalista, dominante nas décadas de 1960 e 1970, a ciência era entendida enquanto um sistema que se desenvolveria segundo as condições sociais a qual estava inserida.

No início dos anos 1990, no entanto, Shapin identificou duas tendências: uma primeira, a qual nomeou de “historicismo”, voltada para a análise das ações históricas no interior das condições e conceitos de seu contexto histórico, ou seja, sem desconsiderar elementos que pertenciam às propriedades cognitivas da época como, por exemplo, a religiosidade; e uma segunda, baseada nas contribuições do sociólogo Bruno Latour, que dissolve completamente a questão do internalismo/externalismo e entende que não é possível admitir objetos “puramente sociais” nem “puramente científicos”, pois um está impregnado do outro, existindo apenas atores-redes, humanos conectados a humanos, coisas a coisas e coisas a humanos. Para Shapin, essas duas tendências possuem uma série de acordos, uma vez que a dissolução do esquema “puro social”/“pura ciência” na abordagem de objetos científicos permite compreender que as antigas formas de dividir o mundo são díspares do nosso senso de classificação, mas que, mesmo dentro de limites culturais, formavam uma base da qual produzia-se conhecimentos. A partir disso, Shapin conclui que entre as fronteiras dessas duas categorias permanece a noção de cultura. Esta, por sua vez, é sustentada por diversas práticas e é passível de manipulação e produção por diversos agentes históricos, constituindo assim a dimensão de principal interesse por parte do historiador.

Of course, the distinctions between “science” and “society”, the “social” and the “intellectual” are analytically false. *Of course*, such categories do not have distinct essences. That is because they, and the contingent boundaries between them, are made out of the same stuff – culture – and sustained by the varying cultural practices of historical actors. And it is with

the production and manipulation of culture that the historian is concerned (SHAPIN, 1992, p. 356-357).

Nessa linha, a historiografia da ciência recente tem, de maneira geral, orientado seus estudos justamente para a cultura científica. A “manipulação” da natureza pelos agentes históricos, ou seja, para a ciência no seu próprio fazer, tem deslocado estudos de grandes teorias para as práticas mundanas. Em um artigo publicado em 2003, o historiador Simon Schaffer toca nessas questões ao explorar a possibilidade de um conhecimento da terra a partir dos valores e usos da Natureza no contexto do Iluminismo, principalmente levando em conta as idéias exploradas por Roy Porter na quais o estudo das ciências extensivas evidenciam nas novas concepções de Natureza o seu caráter cultural e relativo de construção histórica, “Agronomy reminds us that social order and natural knowledge are produced and changed together” (SCHAFFER, 2003, p. 257-268). A partir do exemplo da agronomia, Schaffer consegue identificar como o conceito-chave de natureza sustentou os experimentos realizados na terra, representando fonte de princípios demonstráveis racionalmente.

Nessa perspectiva, a opção de estudo aqui sugerida dedica-se a cultura científica e, ao voltar-se para a dimensão epistemológica da prática naturalística *em* viagem, recorre a todo um instrumental de uso cotidiano dos viajante-naturalistas, entendendo-o como um campo constituído por múltiplos agentes no qual se entrevém valores e concepções acerca dos objetos naturais e seus usos.

Indicação de fontes documentais

O estudo poderá alicerçar-se nos seguintes tipos documentais dos séculos XVIII e XIX: 1. instruções de viagem; 2. relatos de viagem; e 3. outros textos de viagem.

1. Instruções de viagem

As instruções abrangem um conjunto de opúsculos, tratados, compêndios e manuais que tratam de organizar uma série de regras de observação, procedimentos técnicos para a recolha, preparo e remessa de espécimes, bem como orientações práticas para a sobrevivência do viajante. Os diferentes tipos instrutivos e suas características discursivas e textuais ainda estão sendo discutidas pelos pesquisadores, portanto não se partirá de uma tipologia que se

pretenda definitiva, mas sim de uma primeira divisão já esboçada anteriormente formada por: instruções gerais, instruções técnicas e instruções especializadas.⁶

2. *Relatos de viagem*

Os relatos constituem um conjunto diversificado formado por diários, narrativas, memórias que registram as observações realizadas pelos viajantes durante a viagem. A natureza desses textos e a sua imprecisão tipológica precisa ser problematizada ao longo do estudo no contexto das exigências editoriais e das Academias científicas da época.

3. *Outros textos de viagem*

Aqui serão inclusos alguns textos variados relativos ao universo da cultura de viagens científicas como, por exemplo, tratados de história natural, correspondências entre naturalistas e administradores, listas de remessas, etc.

Orientações teórico-metodológicas

Para a abordagem do objeto de estudo aqui pretendido, sugere-se alguns aportes historiográficos e conceituais, a fim de: enquadrá-lo no campo temático; tomar como ponto de partida alguns consensos; indicar alguns conteúdos e orientar-se para a análise das fontes.

Um problema conceitual a ser considerado de início diz respeito a idéia de Iluminismo. O século XVIII é frequente conhecido através dos filósofos da época por “era filosófica”, no sentido que a filosofia “designa, em particular, a expressão crítica e livre acerca de todos os problemas e assuntos, sem medo de sofrer discriminações” (IM HOF, 2003, p. 149). Para o historiador Im Hof, mais do que isso, o que o século XVIII das luzes desejava era o aperfeiçoamento do mundo, traduzido por um reformismo generalizado nos mais diversos âmbitos da vida social. Os desejos de mudança, enfim, deveriam corresponder a um apelo prático de atuação no mundo e nas atividades humanas desde os dogmas da Igreja

⁶ Sobre isso, ver (ABDALLA, 2012, p. 36-43). Resumidamente, as instruções *gerais* contemplam conteúdos diversos e incluem regras de observação e métodos de coleta, preparo e transporte de espécimes; instruções *técnicas* ou *práticas* voltam-se para coleta, preparo ou transporte de espécimes e que, eventualmente podem conter algumas regras gerais de observação; e instruções *disciplinares* abrigam um campo disciplinar particular como a zoologia, a botânica ou a antropologia.

cristã, passando pela questão do direito natural e pela política, até a educação (IM HOF, 2003). Assim, o Iluminismo não deve ser entendido apenas enquanto um movimento de idéias ligadas a filósofos e grandes teorias, mas sim como um conjunto de transformações racionais na esfera pública, nas práticas administrativas e na imprensa.

Outra questão conceitual ligada mais diretamente ao objeto de estudo diz respeito a noção de *curiosidade*, um termo que aparece com frequência nas fontes a serem analisadas e é de crucial importância para o entendimento do vocabulário setecentista. Em um ensaio publicado em *Cultures of Natural History*, obra organizada por Nick Jardine, Jim Secord e Emma Spary, a pesquisadora Katie Whitaker aponta que as viagens da Época Moderna tiveram como um dos principais estímulos o interesse pelo *exótico*, ou *curioso*. A *curiosidade*, desde que havia perdido o sentido negativo de *luxúria* em finais da Idade Média, teria adquirido, já no início da Época Moderna, a idéia positiva de *deslumbre*, passando a ser então uma qualidade atribuída aos nobres como sinal de virtude. Nesse contexto que diversos gabinetes foram criados por homens da nobreza desde o século XV na Europa para abrigar as produções *maravilhosas* da natureza ou até mesmo do artifício humano, como espécimes naturais raras, máquinas mecânicas, engenhocas, etc. (JARDINE; SECORD; SPARY, 1999, p. 75-90).

Whitaker refere-se mais diretamente ao século XVII, mas isso não significa que durante o século XVIII, a *curiosidade* tenha sido deixada de lado, apesar do sentido prático e objetivo que o *utilitarismo* direcionou a investigação dos objetos naturais. A historiadora Emma Spary demonstra que um dos pilares de sustentação do *Jardin des Plantes* em Paris vinha justamente das exposições abertas de raridades naturais, das demonstrações de manipulações de plantas e animais e da ostentação públicas da riqueza dos domínios ultramarinos franceses (SPARY, 2000, p. 22-23). Em um ensaio recentemente publicado, a historiadora Paula de Vos demonstra, a partir do caso espanhol, que a remessa de objetos *curiosos* das colônias da América e das Filipinas para a corte de Madri não apenas continuou bastante ativas durante o século XVIII, como também aumentaram numericamente de forma considerável com relação aos séculos anteriores, conotando prestígio e poder e com a função de elaborar uma imagem nacional de soberania (BLEICHMAR; et al, 2009, p. 271-289).

Além do caso francês e espanhol, o mesmo pode se aplicar as expedições naturalísticas empreendidas na Inglaterra e em Portugal, principalmente a partir das instruções de viagem. Os textos instrutivos, por exemplo, constituem um campo propício de análise do discurso científico, no qual são entrevistados diversos traços da *cultura de curiosidades*, ao passo que se

percebe a emergência de uma abordagem utilitarista iluminista - inspirada na economia da natureza - em relação ao mundo natural.⁷ Esse caráter ambivalente que marcou o interesse das viagens-científicas pelo *útil* e pelo *curioso* deve, portanto, ser entendido como uma característica própria da atividade naturalística da época e, portanto, constitutivos dos interesses da viagem e também do *leitmotiv* do viajante.

Outra questão teórica a ser trabalhada durante o desenvolvimento do estudo pretendido diz respeito à categoria *viajante-naturalista*. O objetivo é justamente o de perceber de que maneira esse personagem é constituído e fundamentado através do instrumental formado por instruções, relatos e outros textos de viagem. Apesar da dimensão epistemológica que se pretende focar, alguns elementos previamente reunidos do âmbito sócio-profissional são de fundamental importância como ponto de partida para a sua caracterização. A tentativa de identificar algumas dessas características já ocorria desde o próprio século XVIII. Em uma obra da época, *Fundamentos Botânicos*, escrita pelo próprio Lineu, havia a tentativa de estabelecer uma divisão entre todos aqueles que haviam realizado algum tipo de trabalho no campo da botânica, entre eles médicos, botânicos, missionários, administradores, oficiais militares, etc. (LINEU, 1788). O autor identifica dois tipos de categorias: os *coletores* e os *metódicos*. Os *coletores* seriam aqueles responsáveis pela quantidade de espécimes vegetais recolhidas na natureza, isso é, tratavam-se de modo geral de todas as categorias sociais que haviam recolhido objetos naturais e os enviado aos gabinetes de história natural; já os *metódicos* seriam responsáveis pela classificação e nomeação dos espécimes recolhidos, isso é, eram aqueles que exerciam tarefas próprias aos filósofos e cientistas de gabinete.

Essa divisão proposta por Lineu para o conhecimento da botânica não precisa se restringir a esse campo particular, mas poderia ser ampliado para toda a história natural praticada de maneira sistemática no século XVIII. Parte-se, em primeiro lugar, de uma clara distinção entre o naturalista de campo e o naturalista de gabinete e, na sequência, há uma subdivisão entre as duas categorias. Para os naturalistas de campo, caso que interessa aqui mais especificamente, Lineu enumera uma série de classes de indivíduos, separando-os de acordo com habilidades específicas: sacerdotes, comentadores, iconógrafos ou retratistas, descritores, monógrafos, curiosos, adonistas, floristas e viajantes. Com exceção do sacerdote, a separação realizada por Lineu utilizou como critério fundamentalmente em uma *divisão de tarefas profissionais*. Tomando como base as instruções de viagem, verifica-se que os ofícios dessa

⁷ Em dissertação de Mestrado, referi-me a questão do caráter ambivalente das viagens-científicas do Iluminismo por conta do interesse pelo *útil* e pelo *curioso*, procurando demonstrar sua ocorrência a partir de um exame dos discursos presentes nas instruções científicas de viagem. Sobre isso, ver (ABDALLA, 2012).

série de tarefas veio a se tornar praticamente todo o repertório de procedimentos que estas procuraram organizar para os viajantes – escrever, desenhar, recolher, catalogar. As instruções reuniram essas diversas *tarefas profissionais* da construção do conhecimento natural, executadas por diversos indivíduos, para atribuí-las a uma só figura. Esta é designada basicamente de dois modos: viajantes e naturalistas (ou então filósofos da natureza). Na língua inglesa são os *sea-travelers, travelers, voyagers*; na francesa os *voyageurs*; na espanhola os *viageros*; e na portuguesa os *viajantes, viandantes*. No caso dos naturalistas ou filósofos são os *gentlemen, promoters, curious* (inglês); os *curieux* (francês); e os *curiosos* (espanhol e português).

Assim, é possível perceber que a origem do *viajante-naturalista* surge da reunião em apenas uma figura tanto das habilidades do *homem que viajava* quanto dos conhecimentos do *homem de ciência*. O primeiro forneceria o espírito itinerante daquele que se desprendia da sua cidade natal e estaria disposto a enfrentar riscos fatais, enquanto o segundo forneceria os conhecimentos práticos e teóricos indispensáveis para a seleção das informações recolhidas ao longo da viagem sobre a natureza e os homens. Trata-se, portanto, de um primeiro ponto de partida para se perceber *quem* foi este personagem.

Referências Bibliográficas

ABDALLA, F. T. De. M. *O Peregrino Instruído: um estudo sobre o viajar e o viajante na literatura científica do Iluminismo*. Curitiba, 2012. Dissertação de Mestrado - UFPR.

BATTEN Jr., C. L. *Pleasurable Instruction. Form and convention in Eighteenth-Century Travel Literature*. University of California Press, Berkeley, Los Angeles, 1978.

BAUMER, F. L. *O Pensamento Europeu Moderno - séculos XVII e XVIII*. Edições 70, 1977.

BLEICHMAR, D. *et al.*. *Science in the Spanish and Portuguese Empires, 1500-1800*. Stanford University Press, 2009.

BOSSI, M.; GREPPI, C. (orgs.). *Viaggi e scienza; Le istruzioni scientifiche per i viaggiatori nei secoli XVII-XIX*. Firenze: Leo S. Olschki, 2005.

BRIGOLA, J. C. P. *Coleções, gabinetes e museus em Portugal no Século XVIII*. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Évora, Portugal, 2000.

COLLINI, S.; VANNONI, A. *La Société d'Histoire Naturelle e il viaggio di D'Entrecasteaux alla ricerca di La Pérouse: Le istruzioni scientifiche per i viaggiatore*. *Narcisus*, v.11, 1996.

CRUZ, A. L. R. B. *Verdades por mim vistas e observadas oxalá foram Fábulas Sonhadas: Cientistas brasileiros do Setecentos, uma leitura auto-etnográfica*. Curitiba, 2004. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, UFPR.

DOMINGUES, A. O Brasil no relato dos viajantes ingleses do século XVIII. *Revista Brasileira de História*. vol.28, no.55, São Paulo, 2008.

DOMINGUES, A. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, vol. VIII (suplemento), 823-38, 2000.

DUCHET, M. *Antropologia e Historia en el ciclo de las luces*. México: Siglo XXI Editores, 1988.

ELSNER, J.; RUBIÉS, J. P. (org.) *Voyages and Visions*. Towards a cultural history of travel. Reaktion Books, UK, 1999.

GIURGEVICH, L. A. *Il viaggiatore “ideale” di Alberto Fortis*. Scritture e riscritture adriatiche fra Settecento e Ottocento. Ciclo del Dottorato di ricerca in Italianistica XX - Università degli studi di Trieste, Anno Accademico 2006-2007.

GOLINSKI, J. *Science as public culture: chemistry and enlightenment in Britain, 1760-1820*. Cambridge, University Press, 1999.

HANKINS, T. L. *Ciência e Iluminismo*. Porto, Porto Editora, 2002.

IM HOF, U. *A Europa no século das Luzes*. Lisboa, Editorial Presença, 1995.

JARDINE, N.; SECORD, J. A.; SPARY, E. C. *Cultures of Natural History*. Cambridge University Press, UK, 1999.

KOMMERS, J. The significance of 18-th century literature about the Pacific for the development of travel literature. In: *Bijdragen tot de Taal – Land - en Volkenkunde* 144 (1988), no: 4, Leiden, 478-493.

KOERNER, L. *Linnaeus; Nature and nation*. Cambridge: Harvard University Press, 2000.

KURY, L. *Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810)*. História, Ciências, Saúde. Manguinhos, vol. 11 (suplemento 1), pp. 109-129, 2004.

KURY, L.; CAMENIETZKI, C. Z. Ordem e Natureza: Coleções e cultura científica na Europa Moderna. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v.29, p.57-85, 1997.

KURY, L. Les Instructions de voyage dans les expéditions scientifiques française (1750-1830). *Revue d'histoire des sciences*, 51/1, 1998. P. 65-91.

LAISSUE, Y. Les voyageurs naturalistes du Jardin du roi et du Muséum d'histoire naturelle: essai de portrait-robot. *Revue d'histoire des sciences*, Année 1981, Volume 34, Numéro 3, p. 259 – 317.

LEED, E. J. *The Mind of the Traveler*. From Gilgamesh to global tourism. Basic Books, USA, 1991.

LIEBERSOHN, H. *The Traveler's World: Europe to the Pacific*. Harvard University Press, 2006.

MULHERN, F. *Culture/Metaculture*. London, Routledge, 2000.

PARK, K.; DASTON, L. (ed.) *The Cambridge History of Science*, Volume 3, Early Modern Science. Cambridge University Press, 2006.

PATACA, E. M.; PINHEIRO, R. Instruções de viagem para a investigação científica do território brasileiro. *Revista da SBHC*, RJ, v. 03, n. 01, p. 58-79, 2005.

PATACA, E. M. *Terra, água e ar nas viagens científicas portuguesas (1755-1808)*. Tese (Doutorado em História) - Unicamp, 2006.

PEREIRA, M. R. DE M. Um jovem naturalista num ninho de cobras: A trajetória de João da Silva Feijó em Cabo Verde, em finais do séc. XVIII. *Revista Questões e Debates*, n. 36, Curitiba: Editora UFPR, 2002.

PEREIRA, M. R. M.; CRUZ, A. L. R. B. *Instructio peregrinatoris*. Algumas questões referentes aos manuais portugueses sobre métodos de observação filosófica e preparação de produtos naturais da segunda metade do século XVIII. Curitiba, 2012. Cópia policopiada.

PIMENTEL, J. *Testigos de mundo*. Ciencia, literatura y viages en la Ilustración. Marcial Pons, Ediciones de historia, S. A. Madrid, 2003.

SAFIER, N. “Every day that I travel. . . is a page that I turn”: Reading and Observing in Eighteenth-Century Amazonia. *Huntington Library Quarterly*, Vol. 70, número 01, 2007.

SALGUEIRO, V. Grand-Tour: uma contribuição à história do viajar por prazer e por amor à cultura. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, no. 44, p. 289-310, 2001.

SCHAFFER, S. *Enlightenment brought down to earth*. *History of Science*, vol 41, part 3, issue 133, 2003. P. 257-268.

SHAPIN, S. *Discipline and bounding: the history and sociology of science as seen through the externalism-internalism debate*. *Hist. Sci.*, XXX, 1992.

SIMON, W. J. *Scientific expeditions in the portuguese overseas territories (1783-1808) and the role of Lisbon in the intellectual-scientific community of the late Eighteenth Century*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica e Tropical, 1983.

SMITH, B. *European Vision and The South Pacific (1768-1850)*. A study in the history of art and ideas. Oxford University Press, London, Oxford, New York, 1960.

SPARY, E. C. *Utopia's Garden: French Natural History from Old Regime to Revolution*. Chicago: The University of Chicago Press, 2000.

VENTURI, F. *Utopia e Reforma no Iluminismo*. Edusc, SP, 2003.

VOVELLE, M. *O homem do Iluminismo*. Lisboa: Presença, 1997.